

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Rio Branco

Class.: 18

Data: 03/02/88

Pg.: _____

COLÔNIAS INDÍGENAS ISSO É BOM?

ANA PAULA CALDEIRA SOUTO MAIOR
ASSESSORA JURÍDICA DO CIMI

A respeito da atual polêmica existente sobre a criação da primeira Colônia Indígena, na área dos Apurinã, no Km 124, da BR-317, no sul do Amazonas, gostaria de fazer algumas considerações sobre alguns conceitos e informações veiculadas na imprensa que não correspondem exatamente com a verdade.

Inicialmente gostaria de tratar sobre a palavra soberania, muito confundido o seu significado com o da palavra autonomia, ou ainda autodeterminação. Ser soberano significa "exercer poder supremo, sem restrição, sem limites". O que não acontece com os índios em relação as suas terras, nem com o Estado Brasileiro com relação a terra dos índios. É claro que o Estado é soberano em todo o território que ele abrange. Mas o Estado, qualquer Estado, estabelece leis que regulamentam a relação do Estado com os seus cidadãos, dos cidadãos entre si e dos cidadãos com as coisas, por exemplo, com a terra. Sendo assim, o limite é a lei. O Estado é soberano conforme as leis que ele mesmo estabelece. No caso das terras indígenas, por estarem localizadas dentro dos limites do Estado Brasileiro (Estado que se formou posteriormente a existência das Nações Indígenas) essas terras estão sob a guarda, a proteção do Estado Brasileiro.

A atual Constituição brasileira garante aos índios a posse permanente das terras em que habitam e o usufruto exclusivo de todas as riquezas naturais e utilidades nelas existentes. O Estado é soberano segundo esse preceito estabelecido. O que as nações indígenas, politicamente organizadas, reivindicam não é a soberania sobre suas terras (isso implicaria no direito por exemplo, de se submeterem a um outro Estado que não o brasileiro, ou de se tornarem um Estado independente - o que o Conselho de Segurança Nacional tanto teme. Vale dizer que esses fatos não têm precedente histórico no caso de nações indígenas). Elas, as nações, reivindicam o direito à autonomia, que implica no direito à língua, religião, cultura, forma própria de se organizar, de trabalhar, de utilizar a terra. O que é perfeitamente conciliável com a soberania do estado brasileiro sobre as nações indígenas. O importante é que a base da relação entre o estado brasileiro e as nações indígenas seja o respeito à diferença étnica.

Toda essa conversa pode parecer extensa demais, mas é certamente necessária à compreensão do que significa hoje a criação da figura "colônia indígena" em substituição a da "área indígena" já existente.

O Decreto nº 94.946, de 23 de setembro

de 1987, faz distinção entre índios aculturados e índios não-aculturados ao estabelecer que os primeiros passarão a viver em colônias indígenas e os segundos em área indígenas - até serem considerados como aculturados, é claro! O decreto dispõe ainda que a Funai posteriormente estabelecerá critérios para identificar o grau de aculturação dos índios. Ora, isso é um absurdo! Não existem critérios para distinguir um índio ou qualquer pessoa como aculturada. Eu posso viajar para o Japão, morar lá dez anos, aprender a falar japonês, a comer de "palitinho" e nem por isso eu vou deixar de ser brasileira, e nem, o que é mais grave, perder meus direitos de cidadã brasileira. É isso que o Estado brasileiro está fazendo com os índios hoje. Aliás, a intenção já é velha. Em 1978 houve a tentativa de criação do "critério de indianidade", algo como "manchas na bunda", "olhos esticados", exames de sangue, serviria para identificar um índio, ou não! Na época a sociedade civil se encontrava mas motivada para se mobilizar e foi possível fazer com que o decreto que emancipava os índios, a partir desses critérios, fosse engavetado. Mas e hoje?

Hoje o Governo Federal - Funai, Ministério do Interior, Presidente da República - e o Conselho de Segurança Nacional optaram por uma forma mais lenta de assimilação das culturas indígenas. Assimilação é outro termo que gera muita confusão. A política indigenista oficial emprega o termo integração mas visando a assimilação. Assimilar significa "tornar semelhante, identifica-se, tornar-se igual". Ou seja, o objetivo é que os índios tornem-se iguais aos demais brasileiros. Dispam-se de suas culturas, línguas, religiões, ao vestirem-se de relógios, tênis, camisetas e calças jeans, como se isso não fosse absolutamente imoral. Como se uma nação não tivesse o direito à autonomia, como se um povo não tivesse o direito à identidade própria. Como se todos nós tivéssemos que ser absolutamente iguais: mão-de-obra, força de trabalho, geradores de lucros para gordos capitalistas. Integrar significa "completar, tornar inteiro, fazer parte de". Os índios vivem dentro dos limites do Estado brasileiro, mantêm contatos sociais e comerciais com a sociedade envolvente (com exceção dos índios isolados), portanto, eles já estão integrados à sociedade nacional.

Então vejamos, dentro da política indigenista oficial de assimilação das nações indígenas, o Estado pretende com a criação de "colônias indígenas", transformar os índios em colonos brasileiros. Agora não mais num passe de mágica, não mais da noite para o dia, mas num proces-

so gradual. A regulamentação dessas "colônias" ainda não foi feita, mas já se sabe que implica no incentivo ao exercício de atividades econômicas, como a exploração de recursos naturais existentes nas terras indígenas (minérios e madeiras de lei são os mais cobiçados). O detalhe é que obviamente o resultado financeiro dessas atividades lucrativas não é reinvestido integralmente para os índios. No caso do Projeto Calha Norte, que visa também a integração (leia-se assimilação) das nações indígenas localizadas em faixa de fronteira e a ocupação da Amazônia (como se ela já não estivesse ocupada por índios, ribeirinhos, seringueiros, peixes, rios, onças, antas, igarapés, cobras, árvores, lagos, tucanos, araras, enfim - plantas, água e animais mil), pretende utilizar os índios como colonos que produzirão para alimentar militares e migrantes que irão morar nas vilas que já estão sendo instaladas. Através da introdução de um novo modo de vida - o modo capitalista, o Estado tenta destruir culturas milenares baseadas no conhecimento empírico da floresta e dos animais, como se esse conhecimento nada fosse. E nesse desrespeito estão também incluídos os seringueiros, ribeirinhos, bem como toda a população regional.

Bernard Nietschmann, geógrafo norte americano, é de opinião que "a terceira guerra mundial já começou. Iniciou quando novos estados tentaram abranger várias nações... Ela (a guerra) se concentra no Terceiro Mundo, e opõe movimentos guerrilheiros contra governos estatais e estados contra nações indígenas, disputando territórios, recursos e identidade própria, ao invés de questões políticas ou econômicas... A invasão territorial é chamada "integração nacional", ocupação é chamada "desenvolvimento econômico" e a resistência é chamada "terrorismo"... Os estados definem os povos como "grupos étnicos" e "minorias" como tática para anexar suas identidades e incorporar suas terras e recursos. Enquanto um povo tem direitos internacionalmente reconhecidos à autodeterminação, subsistência, recursos e território próprio, um "grupo étnico" ou uma "minorias" não os tem". Grifo nosso.

Ele disse tudo, não? Para concluir gostaria de convidar todos vocês para um ato público que está sendo promovido pela UNI Norte, União das Nações Indígenas dessa região, a ser realizado hoje, dia 3, quarta-feira, em frente a sede da Funai (no Aviário, perto da Miragina), às três horas da tarde, em defesa das nações indígenas localizadas no Acre e sul do Amazonas. Vamos lá!